


Experiências Bixas-Pretas na Geografia: entre as imagens de controle e as táticas de autodefiniçãoⁱ

Victor Dantas Siqueira Pequeno

Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Curitiba – PR, Brasil

lattes.cnpq.br/8068238340751461

 orcid.org/0000-0003-3258-8171


victorpequenogeo@gmail.com

 @percursos_revista

 /revpercursos

Para citar artigo:

PEQUENO, Victor Dantas Siqueira.
Experiências Bixas-Pretas na
Geografia: entre as imagens de
controle e as táticas de autodefinição.
PerCursos, Florianópolis, v. 26, e0504,
2025.

 <http://dx.doi.org/10.5965/19847246262025e0504>



Experiências Bixas-Pretas na Geografia: entre as imagens de controle e as táticas de autodefinição

Resumo

Elaborei este manuscrito no intuito de argumentar e propor travessias criativas para pensarmos as questões de gênero e sexualidades na ciência geográfica, em especial, as masculinidades negras a partir das experiências e identidades aqui nomeadas como Bixas-Pretas. Conceitualmente, amparei a presente pesquisa nas interpretações de geógrafas/os sobre gênero, sexualidade e masculinidade, também nas imagens de controle descritas por Patricia Collins. Referente aos procedimentos metodológicos, este texto foi criado com base em levantamento bibliográfico, registros autobiográficos e análise do discurso. Por fim, sou favorável à adesão das imagens de controle nas pesquisas enraizadas nas Geografias Feministas e das Sexualidades como potenciais conceitos e chaves interpretativas para germinar e fortalecer os estudos sobre masculinidades racializadas dissidentes. Da descoberta: as Bixas-Pretas como corpos e afetos revolucionários.

Palavras-chave: corpo-espço; raça; masculinidade; sexualidade; escrevivência.

Bixas-Pretas experiences in Geography: between images of control and tactics of self-definition

Abstract

I wrote this manuscript with the aim of arguing and proposing creative approaches to thinking about issues of gender and sexuality in geographical science, in particular black masculinities based on the experiences and identities referred to here as Bixas-Pretas. Conceptually, I will base this research on geographers' interpretations of gender, sexuality, and masculinity, as well as on the images of control described by Patricia Collins. Regarding methodological procedures, this text was created based on a bibliographic survey, autobiographical records, and discourse analysis. Finally, I am in favour of the use of images of control in research rooted in Feminist and Sexuality Geographies as potential concepts and interpretative keys to germinate and strengthen studies on dissident racialised masculinities. From the discovery: Bixas-Pretas as revolutionary bodies and affections.

Keywords: body-space; race; masculinity; sexuality; write living.

1 Introdução

Na aurora do século XXI, a Geografia brasileira presenciou a insurgência de estudos e pesquisas que assumiram um compromisso ético, político e cultural com as questões assimétricas de gênero, com as sexualidades dissidentes e as racialidades. Tratava-se de uma agenda de pesquisa geográfica localizada nas periferias e/ou nas margens do campo hegemônico.

Com o passar dos anos, na década de 2010, com o esforço coletivo de professoras e professores, e com a consolidação dos grupos e núcleos de pesquisa engajados com os movimentos feministas, os movimentos negros, movimentos indígenas, movimentos quilombolas e com as representações estudantis, a existência das Geografias Feministas brasileiras foi legitimada.

As múltiplas articulações e alianças entre epistemologias e movimentos, legaram para as Geografias Feministas brasileiras, uma diversidade e eixos de pesquisas, com marcos teóricos e/ou conceituais específicos e com afinidades entre si. Assim sendo, é coerente afirmar que, nos últimos vinte anos, foram estabelecidos aquilo que considero como tendências e/ou eixos temáticos das/nas Geografias Feministas brasileiras, a saber: Trabalho e relações de gênero; Relações de gênero no Campo; Violência de gênero no Espaço Urbano; Travestilidades no Espaço Urbano; Políticas espaciais de maternidade e maternagem; Corpo-espço e experiências encarnadas; Feminilidades negras e experiências quilombolas; Corpo-Território e feminilidades indígenas; Masculinidades dissidentesⁱⁱ no Espaço Urbano e no ciberespaço.

Isso reconhecido, meu interesse aqui é com, justamente, o último eixo de pesquisa nomeado a priori. Pretendo discorrer sobre os avanços teórico-conceituais já realizados, e que resultaram na emergência das Geografias das Masculinidades no Brasil, assim como, me dedico a analisar e questionar o próprio campo sobre as ausências e/ou a atenção mínima com as experiências de homens racializados suscetíveis a vulnerabilidades socioeconômicas, políticas, culturais, e dissidentes das normas de gênero e sexualidade. Sendo mais enfático, meu objetivo aqui é, pronunciar as identidades Bixas-Pretas e as nossas experiências geográficas, culturalmente subversivas

e politicamente criativas para o reconhecimento e a celebração de uma masculinidade negra autodefinida. Para tanto, há que se escolher por onde e como iniciar esta travessia.

2 Procedimentos metodológicos

As etapas metodológicas para escrita deste texto foram: I) Leitura de livros físicos e digitais para composição do referencial teórico-conceitual; II) Busca bibliográfica em plataformas como Scielo, Google Acadêmico e a Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD) para coletar as pesquisas geográficas concluídas que trataram especificamente das masculinidades negras e sexualidades racializadas; III) Revisão narrativa das pesquisas geográficas sobre masculinidades negras e sexualidades racializadas com intuito de identificar as principais tendências conceituais e metodológicas.

Para a análise do acervo bibliográfico selecionado, eu assumi a postura de interpretador-analista, tendo em vista os princípios da análise de discurso e com base na obra de Eni Orlandi (2005) para quem qualquer descrição é dependente de uma interpretação, de modo que, ao envolver-me com o referente teórico e/ou discursivo, interfiro imediatamente no mesmo, deslocando-me da posição de leitor para analista-teorizador.

Isto feito, dediquei-me na redação do texto em forma de artigo científico amparada numa abordagem autobiográfica (Abrahão, 2003), localizada (Haraway, 1995) e mediada por uma escrita da vida (Evaristo, 2020). Por isso, inclusive, a decisão por escrever em primeira pessoa não é de cunho estético, muito menos um modismo. Ao contrário, é uma decisão epistemológica. É uma decisão que exercita a ética feminista do pessoal-político (Okin, 2008; Petronilio, 2022), do conhecimento parcial e localizável (Haraway, 1995) e de uma ética geográfica corporificada (Campos; Silva; Silva, 2019; Oliveira, 2021; Ramos; Milani, 2022). Por isso, encarnada. Por isso, espacializada. Assim sendo, convido você que não tem nenhuma familiaridade com a respectiva base epistemológica, a não recuar, em vez disso, se aproximar. Para isso...

3 Antes de tudo, é importante você conhecer quem lhe escreve

Os argumentos e problematizações a serem apresentadas são derivados, em parte, da minha pesquisa de mestrado (em continuidade no doutorado). Já o motivo que me levou a escrever o presente artigo decorre de um acontecimento intrafamiliar. Irei descrever o ocorrido, mas antes, considero importante que a leitora e o leitor saibam quem está escrevendo. Sou e me reconheço como um homem cisgênero, negro, nordestino e Bixa-Preta. Bixa-Preta em maiúsculo e hifenizada para evidenciar que minha sexualidade é racialmente experienciada e definida, logo, uma identidade política. Nestas características e marcas, encontra-se a minha situacionalidade ético-científica (Haraway, 1995) e consciente desta, envolvo-me em trajetórias e histórias (Massey, 2009) que me inspiram a escrever (Evaristo, 2020). Pois bem...

Recentemente (julho de 2024), conquistei a oportunidade de “tirar férias” da minha rotina universitária. Decidi viajar para reencontrar familiares e amigas em Sergipe. O acontecimento mencionado ocorreu numa manhã em que eu decidi visitar a minha mãe e meus irmãos maternos: um de 10 anos e outro de 17 anos. Quando cheguei na casa em que moram, minha mãe e meu irmão de 17 anos estavam ausentes, ambos trabalhando. Meu irmão de 10 anos, por sua vez, estava aguardando minha chegada. Para preservar sua identidade, tratarei ele pelo nome de Adú. Ademais, acho importante dizer que este meu irmão é um garoto negro com tonalidade de pele escura (enquanto a minha mãe, meu irmão de 17 anos e eu possuímos tonalidades que nos identificam como pardos).

Após o momento de reencontro e de trocas de carinho com Adú, fui preparar o almoço para nós. Adú ficou comigo na cozinha me observando cozinhar e fazendo as típicas perguntas que crianças curiosas costumam fazer. Dentre as perguntas: “Irmão, por que você deixa sua mão mole, balançando assim e assim? Você é bicha é? Você gosta de mulher ou de homem?” Após perguntar, Adú começou a rir e foi direto para o quarto.

Imediatamente, reagi de modo ríspido: “Quem é bicha Adu? Quem te ensinou a palavra bicha, Adú? E se eu não gostar de mulher Adú, qual o problema?” Fingi que tinha ficado magoado e que iria relatar para nossa mãe o ocorrido, imediatamente, Adú começou a me pedir desculpas. Preparei o almoço. Adú almoçou primeiro, eu almocei em seguida, por último, o meu irmão de 17 anos, após chegar do trabalho.

De fato, fiquei profundamente afetado ao ouvir tais questionamentos de meu irmão de 10 anos. Pela primeira vez em seis anos tive medo de me apresentar para o meu irmão como um homem bixa. Medo derivado de memórias que vieram à tona quando ele perguntou: “Irmão, por que você deixa sua mão mole, balançando assim e assim? Você é bicha é?” Naquele momento, meu irmão se tornou a minha mãe, e eu me tornei aquele garoto magricela efeminado de 12 anos que vivia com medo de apanhar da mãe e tentava a todo custo se autodisciplinar (evitar gesticular com as mãos, usar toalha na cintura pós-banho etc.).

Faz cinco anos que tenho me dedicado a pesquisar, estudar e escrever sobre gênero e sexualidades na Geografia, mas toda essa experiência acadêmica (por vezes, academicista) foi colocada à prova pelo meu irmão Adú, de 10 anos.

A descrição deste acontecimento serve como exercício reflexivo e autocrítico, vide os fundamentos das escrevivências de Conceição Evaristo (2020) trazidos à tona. Escrevivências que são tanto o principal percurso metodológico mobilizado, como também são os testemunhos empíricos que utilizo para legitimar o meu posicionamento ético-científico e a minha escrita desobediente frente às normativas eurocêntricas e por demais colonizantes (Anzaldúa, 2000).

As escrevivências, conforme aprendi com a Conceição Evaristo, nos aproximam de um letramento racial crítico (Ferreira, 2006, 2014) e nos encoraja para a autodefinição racial (Collins, 2019). De modo que, com o exercício destas práticas torna-se mais fácil rasurar ideias e conceituações equivocadas que tentam perpetuar a cegueira epistemológica e o epistemicídio (Carneiro, 2023) para com as experiências de grupos e/ou populações que, historicamente, foram negados e apartados do estatuto de humanidade. Me refiro a nós, corpos racializados e dissidentes sexuais.

As perguntas feitas pelo meu irmão sobre a minha performance de gênero e a suposição de eu ser ‘bicha’, revelam não somente a curiosidade de uma criança sobre aquilo que desconhece, mas representam (também) as inquiuições que o sistema cisgênero, homofóbico e heteroterroristaⁱⁱⁱ (Bento, 2011) opera por meio de pedagogias afetivo-sexuais (Louro, 2008) que são reproduzidas em espacialidades centrais (casa, escola, igreja, trabalho) para a formação e desenvolvimento de cada pessoa. Pedagogias

estas por demais violentas e nocivas para aqueles(as) que as recusam e não as exercitam: pessoas transgêneros e não-heterossexuais.

O que mais me sensibilizou foi que, na mentalidade do meu irmão Adú, eu fui capturado pela ideia e imagem do “ser bicha”. Bicha como um desvio, um comportamento ético-estético considerado errado, uma performance que escorrega nas/pelas fronteiras imutáveis de gênero: masculina ou feminina.

Sendo eu, um homem identificado externamente como bicha, sou bicha a partir de qual referência? Em relação à heterossexualidade? Em relação à performance e/ou estética de gênero? Em relação à negritude? Como tais referências são criadas? É somente resultado e/ou produto do senso comum preconceituoso-homofóbico ou de um sistema discursivo-simbólico que organiza e estrutura as relações sociais a partir das assimetrias de gênero, raça e sexualidade? E se recuso o ideal bicha, a saber, pejorativo e patologizante, e me autoafirmo como Bixa-Preta qual efeito disso? Como esta é criticada e significada na literatura existente?

Estando nós, na Geografia, como homens Bixas-Pretas, quais as táticas de autodefinição que nos ajudam a conceber novas práticas, éticas e conhecimentos? Geograficamente, estar Bixa-Preta efetua quais políticas espaciais? Suspeito que uma das possíveis chaves de leitura para tais questões possam ser encontrada na problematização da masculinidade enquanto uma prática e política espacial conforme evidenciado pelas epistemologias feministas.

4 Do levante feminista na Geografia ao estabelecimento dos estudos acerca das masculinidades no Brasil

A emergência dos estudos geográficos acerca das questões e assimetrias de gênero e sexualidades, no Brasil, em meados dos anos 1990, colocaram em evidência dois fatos outrora anunciados pela Geografia anglo-saxã: o de que toda experiência espacial é sexualmente produzida e vice-versa (Bell; Valentine, 1995), e o de que toda espacialidade é corporalmente construída (Longhurst, 2001), e por isso mesmo, está implicada nas

identidades que constituem corporeidades, a saber, gênero, raça, idade, classe, etnia e afins.

Ambas as críticas estimularam geógrafas e geógrafos, engajadas(os) com áreas de pesquisa distintas, na construção de uma agenda comum que tivesse como base as epistemologias feministas e as teorias *queer*. Daí que, nos anos 2000, foram então projetadas as Geografias Feministas e das Sexualidades no Brasil (Silva, 1998; Silva, 2003; Ornat, 2008) para pensar e problematizar as relações espaciais assimétricas quando protagonizadas por mulheres cisgênero, travestis, mulheres negras, mulheres lésbicas, homens gays e demais sujeitos e/ou grupos que, historicamente, foram submetidos a opressões e violências que lhes impuseram a condição de subalternidade e precariedade material e existencial (Butler, 2006).

Em outras palavras, com o levante das Geografias Feministas e das Sexualidades no Brasil, ocorreu a politização do debate sobre lugar e território, dois dos conceitos fundantes da ciência geográfica que, até então, não contemplavam e nem reconheciam as diversidades e diferenças sexuais, raciais, étnicas etc., como fatores inerentes na produção e reprodução do espaço. Isto porque, corpo e corporeidade não detinham a mesma importância epistemológica dos conceitos supracitados. Teorizava-se um lugar e um território descorporificados, com apego a um pensamento geográfico que se pretendia objetivo e imparcial.

Com a virada feminista, o corpo foi elevado à conceito elementar para qualquer análise geográfica (Silva, 2008) comprometida com as relações sociais de produção e reprodução do espaço. Mais que isso, o corpo passou a ser tratado como espaço (Oliveira, 2021) quando foi percebido que, em razão de sua materialidade ser espacialmente construída, sua interioridade detém capacidade espacial de estabelecer fronteiras, escalas, (des)ordens (Campos; Silva, 2020). E, nas últimas décadas, o corpo tem sido redefinido como território a partir de múltiplas abordagens (Haesbaert, 2020) como, por exemplo, o entendimento de que uma política territorial é uma política corporalmente definida, organizada e/ou hierarquizada (Rocha, 2019; Chaves, 2021), ao mesmo tempo que, toda disputa territorial é uma disputa que afeta corpos (Villagrán; García, 2023) no tocante ao direito de existência, reprodução, circulação, pertencimento e autodeterminação (Ulloa, 2016; Zaragocin, 2018).

Em destaque para o debate do território, verifica-se nas Geografias Feministas e das Sexualidades elaboradas no Brasil um acúmulo de mais de vinte anos de estudos que propuseram sentidos, valores e significados de território e territorialidades a partir das corporeidades dissidentes e marginalizadas. Estudos que nomearam os territórios e as territorialidades disputadas e criadas pelas travestis (Silva, 2008; Silva; Ornat, 2010), mulheres negras (Souza; Ratts, 2008, 2009; Paula; Mares, 2022), mulheres lésbicas (Lenzi; Silva, 2018), mulheres mães (Oliveira, 2021) mulheres trabalhadoras do sexo (Silva, 2010; Silva; Ornat, 2016), por homens gays (Costa, 2017, 2020, 2023) e bixas (Pequeno, 2024; Tavares; Oliveira, 2022). Isso registrado, minha atenção se volta para estes últimos.

Os estudos dos territórios e territorialidades gays, no Brasil, legitimaram a base teórico-conceitual e metodológica do campo temático das Geografias das Masculinidades (Silva; Ornat; Chimin Júnior, 2011). São destaques as pesquisas pioneiras elaboradas pelos geógrafos Miguel Angelo Ribeiro (1998, 2015) e Benhur Costa (2010, 2014), sendo este último, autor da primeira tese de Geografia sobre homoerotismo masculino. A presença e atuação destes pesquisadores colocou em cena as experiências gays, avaliadas como fenômenos determinantes na reorganização político-econômica e cultural dos territórios urbanos mediante práticas subversivas e criativas de sociabilidade, relações afetivas e sexuais, práticas de consumo e de lazer.

Desde então, as Geografias das Masculinidades, no Brasil, têm sido fomentadas com estudos preocupados com as experiências de homens em regime de cárcere (Rossi, 2017), homens em situação de rua (Carneiro, 2018), homens com dependência química (Morais, 2017; Rochaz, 2014), homens gays professores da Educação básica (Oliveira Neto, 2019), homens transgênero (Santos, 2020) e homens racializados (Gomes; Silva, 2017; Pimentel; Silva; Fernandes, 2025; Ratts, 2011; Silva, 2020), sendo estes últimos, os protagonistas sociais da minha pesquisa.

Além do Brasil, no que se refere a repercussão das Geografias Feministas e das Sexualidades na América Latina, verifica-se a existência de estudos das masculinidades na Argentina (Larreche; Ercolani, 2019; Larreche, 2022), Colômbia (Arcos, 2013), Chile (Torres, 2020), no México (Crispín; López, 2000; López; Mares, 2008; López; Jiménez; Venegas, 2015) e em demais países.

A minha ênfase nos estudos geográficos com homens racializados e dissidentes das normas de gênero e sexualidade é justificada pela já nomeada ausência de pesquisas preocupadas e dedicadas a problematizar tais experiências. Já foi verificado que, dentre as teses e dissertações de Geografia concluídas no Brasil no período de 2010 a 2023 (Pequeno, 2025) e que trataram das masculinidades como problema e/ou fenômeno de análise, nenhuma delas estabeleceu os homens racializados como protagonistas sociais.

E é amparado nesta crítica que me engajo com o debate das experiências das Bixas-Pretas, exercendo uma escrita que transita entre o pessoal e o político, uma escrita que percorre os estudos oriundos da Educação, da Sociologia e da Antropologia, para nutrir e sustentar uma crítica geográfico-feminista local e territorialmente posicionada, e racialmente autodefinida. Para isso, é necessário, primeiramente, explicar o que entendo e concebo por Bixa-Preta.

5 Bixas-Pretas: entre o estigma e a politização

Registros históricos revelam que o termo ‘bicha’, difundido no Brasil na segunda metade do século XX pelos trabalhos do antropólogo branco-estadunidense James Green, foi derivado da palavra/expressão de origem francesa ‘biche’ que servia como um referente para mulheres jovens, e quando tornado ‘bicha’ passou a apreender as expressões efeminadas de homens que se relacionavam com outros homens (Marques Júnior, 2022; Oliveira, 2017; Zamboni, 2016).

Também em meados do século XX, numa conjuntura marcada pela ascensão do capitalismo industrial-financeiro, surgiu no Norte Global, primeiramente nos Estados Unidos da América, vide os protestos de homossexuais na cidade de Nova York que ficou conhecido como a Revolta de Stonewall de 1969 e a epidemia da Aids na década de 1980, a identidade gay e a homossexualidade (antes patologizada como “homossexualismo”).

Com a politização da homossexualidade, e a articulação com o discurso da prevenção ao HIV/Aids^{iv} (Parker, 2002), não demorou muito para o capital manipular as causas e pautas desse grupo, tais como a reivindicação por espaços seguros de homossocialidade, para forjar um novo nicho de potenciais consumidores e, posteriormente, lançar um “Mercado gay”, visto que a maioria dos sujeitos ocupava

estratos médios-altos em termos de renda. Consequentemente, lugares/espços que eram para ser abertos a todas as pessoas dissidentes sexuais, com facilidade de acesso e interação, tornaram-se lugares/espços restritos para aqueles e aquelas que poderiam pagar (e seguem sendo dessa maneira). Assim, de acordo com o geógrafo Benhur Costa, verificou-se a implantação de:

[...] uma série de lugares gays de convivência marcados pelo consumo (bares, saunas, boates, casas de show, cinemas etc.). Por esses lugares, uma cultura gay se transnacionaliza, inserindo e produzindo seus modelos de consumo: as bebidas, as músicas (das divas da dance music), os elementos estéticos da moda (disseminando modelos aos gays de classe média urbanos) e os elementos relacionais (assuntos, formas de expressão, temas de discussão, vínculos com a mídia, entre outros), que dão corpo a uma cultura mais ou menos unificada na rede de relações gays do mundo todo [...] (Costa, 2007, p. 35).

No Brasil, a “Cultura gay” e o “Mercado gay”, inicialmente, eram mais efêmeros e instáveis em relação ao que se dava no Norte global e um tanto mais plural (em termos de geração, performances e estéticas), haja vista a existência de outras experiências dissidentes locais/regionais como a bicha, o viado, o pederasta (Oliveira, 2017). Com a “importação” da identidade gay no Brasil, houve um impulso mercadológico, ao mesmo tempo que foi desencadeado um cotidiano de hostilidade e homofóbico para com as pessoas identificadas como tal e que ousavam se expressar na esfera pública. Não somente, entre a própria população dissidente sexual que passou a se auto identificar gay e demais grupos/pessoas que se auto identificavam com os marcadores locais/regionais. Segundo o antropólogo estadunidense Richard Parker:

[...] No início da década de 1980, quando o termo gay foi originalmente importado para o português do Brasil, ele era aplicado quase exclusivamente a travestis ou outros homens marcados por seus maneirismos femininos exagerados [...] Entretanto, ao longo da década seguinte, particularmente à medida que a discussão da homossexualidade passou a ser ligada à questão do HIV/Aids, um uso alternativo de gay como forma de autoidentificação começa a se tornar cada vez mais comum, pelo menos entre alguns homens que não são caracterizados por trajes ou maneirismos afeminados [...] (Parker, 2002, p. 81).

Pois bem, nesse ínterim, a bicha e o viado foram ameaçados de “extinção” pela identidade gay (Zamboni, 2016), e como tática de resistência e sobrevivência (Petronilio, 2020), reivindicaram o caráter político de suas expressões assim como da identidade gay. A título de exemplo, hostilidades ocorriam (e ocorrem) quando os sujeitos gays percebiam e julgavam expressões e estéticas femininas e práticas “promíscuas” exercidas pelos sujeitos bichas que constrangiam e colocavam “em risco” a identidade gay globalizada, supostamente politizada, com “bons modos” e assumida por corpos com “postura de homem/macho”.

Dado a esses conflitos, cabe ressaltar que o marcador ‘bicha’ passou (e passa) por alterações, a depender dos interesses de quem o manuseia/enuncia. A troca do ‘ch’ pelo ‘x’, por exemplo, é explicada e justificada por alguns autores (Costa, 2023; Pagnan, 2020) como indicador dos atravessamentos de classe e raça na homossexualidade. Desse modo, a bicha (com ch) está mais próxima/adequada do repertório heteronormativo (sempre com falhas) na medida em que é agenciado por sujeitos que performam uma masculinidade prescrita como normal/correta. Por sua vez, a bixa (com x) é expressa e encarnada por corpos racializados, oriundos de classe baixa e que borram o estatuto heteronormativo e cisgênero (Oliveira, 2017) com suas performances e estéticas que transitam entre o feminino e o masculino, atribuindo novos sentidos a tais.

Demais autores/as pronunciam a Bixa-Preta como um corpo tático/estratégico de performance política (Paulo; Jacob, 2021; Tavares, Oliveira, 2022) para expor os efeitos do preterimento (Cordeiro; Sierra; Dias, 2021) afetivo-sexuais derivados do racismo e que se reproduzem, inclusive, entre pessoas LGBTI+^v.

Por tudo isso, foi reconhecido na corporeidade e na experiência da Bixa-Preta marcas e memórias de vidas diaspóricas (Costa; Camargo, 2021; Veiga, 2018). Experiência dissidente que por séculos foi descaracterizada, estereotipada, fetichizada e animalizada em razão de sua identidade primeira qual foi nomeada pela elite colonizadora: a identidade de preto. No resgate de sua afrocentricidade (Silva, 2017), autores como o educador Paulo Petronilio (2020), ao compreender que a bicha foi assim nomeada pelo discurso do colonizador cristão-hétero, sugere a desencarnação da Bixa-Preta deste

sistema simbólico-linguístico homofóbico e racista, e sua reencarnação via panteão africano e por entre a encruzilhada de Exu, orixá primeiro, símbolo da comunicação e da linguagem, para quem a Bixa-Preta não deve temer, visto que em/com Exu só há aberturas de caminhos para ser o que é, e o que se quer ser.

Dos becos, das perseguições policiais, das interdições espaciais higienistas, das hostilidades entre pares, dos estigmas homofóbicos e do racismo estrutural... as Bixas-Pretas percorreram toda essa travessia para se autodefinirem. A Bixa-Preta que se apropriou e rasurou o estatuto e status de sujeito(a) com direitos e deveres e tornou-se autor e autora de sua própria história. A Bixa-Preta como identidade sexual e política. A Bixa-Preta que, atualmente, está na política! Não somente. Na academia, felizmente, a Bixa-Preta tornou-se graduado(a), mestre(a) e doutor(a). E seguem tornando-se.

Entre tais resistências e insurgências nos damos conta que, a Bixa-Preta tem sido transformada num corpo-fenômeno, num corpo-político (Machado Junior; Altivo; Diniz, 2025), num corpo-navalha (Filgueira, 2021), enfim, num corpo-diaspórico (Costa; Camargo, 2021). E desde então, temos nos aventurado por outra travessia, qual seja, tornar a Bixa-Preta um “[...] devir, mutação constante, processo inventivo. [Visto que] Não existe o ser bicha, pode-se apenas devir bicha, uma existência paradoxal que corrói as formações do ser [...]” (Zamboni, 2016, p. 12). Para que isso seja possível, antes devemos nos dedicar e nos esforçar para destruir os imaginários e imagens que historicamente nos foram atribuídas na tentativa de controlar nosso corpo, nossa mente, nossas emoções e o nosso futuro.

6 Imagens de controle: corpos negros para desejos brancos?

Bixas e gays “afeminados”, gordos, PCD, pobres ou em outras condições de subalternidade ocupam com mais frequência a zona indesejada na economia dos corpos masculinos e do desejo homoerótico, haja vista os parâmetros hegemônicos (estéticos, simbólicos, culturais etc.) vigentes na nossa sociedade. Quando não, seus corpos tornam-se atraentes e necessários para realização de desejos e fantasias sexuais, processos esses que descortinam a fetichização e desumanização para com tais experiências de vida. Os

efeitos desse modus afetivo-sexual potencializam alguns problemas estruturais como o racismo, misoginia, o capacitismo, a gordofobia, elitismo, a xenofobia e outros.

No nosso caso, Bixas-Pretas, a nossa raça é tomada como destino e ultimato de nossa vida sexual. Por sermos negros, a nossa sexualidade deve atender os pré-requisitos da figura colonial (hooks, 2022) do homem negro heterossexual, ativo, viril e insensível. Nossa homossexualidade, nossa bixisse, deve, pois, ser constantemente regulada para o cumprimento desse código moral e performance sexual. Em outras palavras, podemos transar com outros homens por sermos viris e insaciáveis sexualmente, mas não podemos declarar nossa homossexualidade pois, o destino de todo e qualquer homem negro é ser heterossexual. A justificativa para tal processo reside na noção de autenticidade negra, conforme descrita pelo comunicador Matheus Bibiano (2020):

[...] O reforço do discurso de autenticidade negra, portanto, aponta para uma noção essencialista sobre a negritude e a homossexualidade, racializando a identidade homossexual masculina enquanto branca e, em oposição, posiciona o negro em uma pretensa condição ontologicamente heterossexual. Assim, esse discurso marginaliza e invisibiliza gays e lésbicas negros e os afasta de sua identidade racial e impossibilita a identidade formada a partir de sua sexualidade [...] (Bibiano, 2020, p. 99).

A impossibilidade de legitimar nossos desejos e afetos homossexuais, implica para nós, Bixas-Pretas, a precariedade existencial (Butler, 2006) e mais, diante e com parceiros brancos, tal precariedade é potencializada quando o poder de escolha, de desejar, numa relação homo-interracial (duradoura ou casual), é reservado somente para àqueles. No limite de circunstâncias assim, em que o racismo e o machismo estruturais encontram meios eficazes de impor pedagogias heteroterroristas em relações afetivo sexuais dissidentes, é comum que numa relação homo-interracial (duradoura ou casual), o parceiro racializado seja submetido a uma série de expectativas e demandas que, por vezes, inferioriza-o ou, no pior dos casos, objetifica-o. A educadora negra-travesti Megg Oliveira (2017) compreende isso como a prova de que:

A masculinidade do homem negro fica reduzida ao seu sexo e, nas relações homoafetivas ou sexuais, simplesmente, o que se espera é que o parceiro de pele mais escura atue como o ativo, e o parceiro mais claro

como o passivo. Essa expectativa em relação ao homossexual negro interfere no processo de afirmação da sua orientação sexual: colocada num plano específico, reduz suas possibilidades de atuação. Interpretado como o sujeito ativo (o penetrador), o que se espera do homossexual negro é que adote atitudes viris, que não desmunheque, que seja homem nos moldes tradicionais impostos por nossa sociedade. Essa seria uma espécie de moeda de troca que autorizaria sua presença nos ambientes gays (Oliveira, 2017, p. 95).

Uma das chaves interpretativas que nos possibilitam analisar os estímulos que fazem com que tais expectativas para com o negro homossexual sejam eficazes na captura e despossessão dos afetos e desejos do mesmo, foi gestada como conceito no interior dos feminismos negros pela socióloga negra-estadunidense Patricia Collins. Me refiro às imagens de controle (Collins, 2019) que historicamente foram atribuídas e designadas a corpos femininos racializados, e que, contemporaneamente, seus conteúdos vêm sendo ampliados haja vista os trabalhos elaborados por companheiros que têm se dedicado a identificar imagens e efeitos semelhantes para com os homens negros. Originalmente, Patricia Collins (2019) propôs que:

[...] essas imagens de controle são traçadas para fazer com que o racismo, o sexismo, a pobreza e outras formas de injustiça social pareçam naturais, normais e inevitáveis na vida cotidiana. Mesmo quando as condições iniciais que promovem as imagens de controle desaparecem, tais imagens se mostram bastante tenazes, pois não apenas subjugam as mulheres negras estadunidenses como também são essenciais para manter as opressões interseccionais [...] (Collins, 2019, p. 136).

As imagens de controle foram criadas e operadas a partir da ideologia patriarcal e sexista. Decorreram dessas categorias, classificações e tipologias fixas de feminilidades, fundadas e justificadas pela diferença racial: mulheres brancas como sendo mulheres de verdade e puras; mulheres racializadas como sendo menos mulheres e corrompidas. A primeira imagem de controle identificada por Patricia Collins (2019) foi a *'mammy'*:

[...] criada para justificar a exploração econômica das escravas domésticas e mantida para explicar o confinamento das mulheres negras ao serviço doméstico, a imagem da mammy representa o padrão

normativo usado para avaliar o comportamento das mulheres negras em geral. Ao amar, alimentar e cuidar dos filhos e das “famílias” brancas melhor que dos seus, a mammy simboliza as percepções do grupo dominante sobre a relação ideal das mulheres negras com o poder da elite masculina branca. Mesmo que seja querida e tenha autoridade considerável em sua “família” branca, a mammy conhece seu “lugar” como serviçal obediente. Ela aceita sua subordinação [...] (Collins, 2019, p. 140).

A mammy do período colonial atravessou tempos. A mammy do período colonial segue existindo nos postos/funções que conhecemos hoje pelo nome de babá e/ou empregada doméstica. Além da mammy, Patricia Collins (2019) identificou outras imagens de controle criadas pela ideologia patriarcal-colonial como a matriarca negra (mãe má), a mãe negra dependente do Estado e a Jezebel (ou a hoochie), mulher negra hipersexualizada e compulsiva sexual. Me atenho às duas últimas, pois considero-as como inversamente proporcionais (no sentido moral) às imagens de controle atribuídas aos homens negros, conforme argumentarei mais à frente.

No caso da imagem da mulher negra dependente do Estado, Patricia Collins (2019) a interpreta como: “Essa imagem de controle, essencialmente uma versão atualizada da imagem da mulher procriadora inventada durante a escravidão, fornece uma justificativa ideológica para as tentativas de atrelar a fecundidade das mulheres negras às necessidades de uma economia política em transformação” (Collins, 2019, p. 150).

Para a imagem da mulher negra dependente do Estado ser efetiva, é preciso que a sexualidade dos homens negros seja também capturada pela ética sexual patriarcal e machista. Enquanto as mulheres negras são ridicularizadas, motivos de chacota por serem “as parideiras do Estado”, os homens negros, por sua vez, são incentivados a saírem por aí “trepando”, “fazendo filho”, e a se tornarem “ladrões de mulheres” (hooks, 2022).

Não somente a capacidade reprodutiva de mulheres negras foi tornada expediente para forjar discursos e estereótipos através da imagem da negra dependente do Estado, como a mesma negra que é dependente do Estado pode ser considerada uma típica Jezebel ou hoochie quando se observa que aquela vive e experimenta sua

sexualidade de modo supostamente “depravado”, “promíscuo” segundo a mentalidade patriarcal e misógina, mas que pode ser revalorizada quando essa promiscuidade garante a estabilidade da fecundidade nacional. Nesses termos, a negra dependente do Estado e a Jezebel (ou *hoochie*) são imagens que frequentemente aprisionam um mesmo corpo, e ambas dispõem produzem efeitos nas masculinidades negras.

[...] como a Jezebel ou *hoochie* é construída como uma mulher cujo apetite sexual é, na melhor das hipóteses, inadequado, e, na pior, insaciável, basta um pequeno passo para que ela seja imaginada como uma “aberração”. E, como uma aberração, seus parceiros sexuais também passam a ser estigmatizados. Por exemplo, a hipermasculinidade frequentemente atribuída aos homens negros reflete certas crenças acerca do apetite sexual excessivo deles. Ironicamente, o apetite sexual da Jezebel a masculiniza, porque ela busca sexa da mesma forma que um homem [...] (Collins, 2019, p. 157).

Dadas essas dinâmicas de gênero e sexualidade racialmente definidas, conclui-se que não foram e nem são somente as mulheres negras as únicas vítimas capturadas pelas imagens de controle. Os homens negros, de modo semelhante, sofreram (e sofrem) os efeitos de estereótipos racistas e machistas quanto aos seus corpos, suas expressões de gênero, suas sexualidades etc.

No artigo “*Eu decido se ‘cês vão lidar com King ou se vão lidar com Kong: homens pretos, masculinidades negras e imagens de controle na sociedade brasileira*” elaborado pelo sociólogo Milton Ribeiro (2020), são apresentadas e problematizadas cinco imagens de controle que agem sobre homens negros, a saber: o pivete, o cafuçu, o mussum, o pai João e a bicha preta. Fundamentado nas teorias de Lélia Gonzalez, Grada Kilomba e demais intelectuais engajadas com os Feminismos Negros; na poética lírica do rapper negro-brasileiro Emicida; e, principalmente, nos conceitos originais de Patricia Collins (2019), Milton Ribeiro (2020) nos diz que:

Essas imagens [referência as imagens de controle descritas por Patricia Collins] ajudam-me a construir para o caso brasileiro figuras correspondentes para os homens pretos, pois o debate aqui encontra-se associado às representações, estereótipos e estigmas constituintes de um ser homem racializado, sexualizado e objetificado na sociedade brasileira. As masculinidades negras, portanto, encontram suas bases em

uma complexa retroalimentação das imagens negativas sobre a aparência, o corpo e a cor da pele, dos ideais de hipermasculinidade, força e poder e das crenças do apetite sexual excessivo, da genitália grande e da atividade sexual como penetrador [...] (Ribeiro, 2020, p. 129).

A primeira imagem de controle atribuída aos homens negros, identificada e caracterizada pelo pesquisador, é a do pivete. O pivete é o negro criança, e que mesmo criança, já é tido como um ser suspeito, degenerado em termos de educação e “boas condutas” (possivelmente porque foi criado/educado por uma mãe negra dependente do Estado ou uma Jezebel) e que incita violência. É visto, pois, pela sociedade racista como: “[...] o bandido em construção, o marginal ainda em fase inicial, como se o processo de constituição do homem negro se desse a partir desses momentos iniciais em que ele pode flertar com a criminalidade e assim vir a ser quem é: um negro perigoso” (Ribeiro, 2020, p. 129).

O sujeito tipo ‘Cafuçu’ também foi considerado por Milton Ribeiro (2020) como uma imagem de controle atribuída a corpos masculinos racializados. Termo esse que nomeia aquele negro que se encontra na transição para tornar-se um negro adulto. Cafuçu é (também) aquele homem negro que dispõe de um corpo atlético com músculos realçados, que porta um suposto pênis avantajado com uma rigidez e comprimento fora do comum que transforma àquele num “cavalo” ou “jumento”. Tais atributos físicos são, pois, indicativos de uma performance masculina essencialmente viril que proporciona:

[...] a intensa satisfação sexual derivada de um possível encontro sexual, a ideia da violência derivada desse encontro, a situação de vulnerabilidade de classe e de lugar de origem desse homem preto e o flerte com o ilícito, ilegal e marginal marcam essa personificação embora esse homem negro possa também atuar dentro da licitude e da legalidade e atuar em profissões de menos prestígio social, como porteiros, pedreiros, entregadores, vigilantes e afins. Há também formas associativas ligadas a essa imagem de controle, como a figura do marginal e do malaco – ambas aparecendo nas narrativas de homens homossexuais brancos sobre os homens negros; esses potenciais parceiros para encontros sexuais [...] (Ribeiro, 2020, p. 129-130).

Também relacionada com a sexualidade, mas não somente, a ‘bicha preta’ foi considerada como uma imagem de controle atribuída para homens negros que desviam

da norma de gênero e sexualidade. Foi nesta, inclusive, que me ative para os objetivos do presente manuscrito. Para Milton Ribeiro (2020), bicha preta (assim nomeada pelo pesquisador) é a imagem de controle mais complexa, pois nela está inscrita a raça, o gênero, a sexualidade, a classe, o lugar de origem, a idade/geração, o que a torna uma experiência, por definição, interseccional (Crenshaw, 2002). Ao ser nomeado como bicha preta, o homem negro deixa de atender ao ideal racista e machista de ‘Homem Negro’ e passa ocupar a zona do quase homem negro. Isso porque o marcador bicha denuncia sua feminilidade, sua emasculação, sua passividade sexual, o que também o torna uma quase mulher negra (Ribeiro, 2020). De modo consequente, a bicha preta está condenada a viver nessa ambiguidade (Petronilio, 2020). Não suficiente,

[...] o corpo da bicha preta aciona o lugar do desvio da masculinidade negra; da selvageria da raça quando se comporta de forma escandalosa, furiosa, fazendo barraco; da transgressão sexual quando evidencia sua passividade em detrimento do seu imaginado pênis imenso, portanto, da sua ativa potência como homem preto. A imagem de controle ainda padece por assim pertencer imaginariamente: às camadas populares, acionando os signos de classe; a um lugar periférico – seja da favela, do subúrbio, da baixada, da periferia –, acionando o lugar de origem; e a representação da figura juvenil – que vive ou transita por essa juventude idealizada; nunca é o corpo velho ou envelhescente [...] (Ribeiro, 2020, p. 131).

Conhecidas tais imagens, resta a dúvida: o debate sobre as experiências de homens racializados dissidentes das normas de gênero e sexualidade é motivo de atenção por parte da Geografia brasileira, em especial, as Geografias aliadas das epistemologias feministas?

7 Masculinidades na Geografia: Bixas-Pretas e Homens Gays Pretos

Na busca por estudos geográficos que tenham feito a interlocução entre raça, gênero e sexualidade com foco nas experiências de homens negros dissidentes e suas identidades (Bixas-Pretas, Gays, Bissexuais, Homens Transgênero), encontrei três pesquisas, a saber, um capítulo de livro e dois artigos (Ratts, 2011; Silva, 2020; Tavares; Oliveira, 2022). Reservadas às críticas sobre a ínfima quantidade de estudos na Geografia

sobre as masculinidades negras, especialmente, nas Geografias Feministas, Geografias das Sexualidades e nas Geografias Negras, os textos encontrados são indispensáveis para compreendermos como o debate das masculinidades negras têm sido operado para fomentar táticas de desobediência política e ético-científica vide o engajamento dos autores e autoras numa Geografia corporificada (Campos; Silva; Silva, 2019; Oliveira, 2021; Ramos, Milani, 2022).

Assim, é importante destacar que, o primeiro estudo na Geografia brasileira que tratou diretamente das masculinidades negras dissidentes foi o manuscrito *“Negritude, masculinidade, homoerotismo e espacialidade em James Baldwin: uma leitura brasileira”* elaborado pelo geógrafo Alecsandro Ratts (2011) e publicado originalmente no primeiro livro sobre masculinidades na Geografia brasileira intitulado *“Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais”* (Silva; Ornat; Chimin Jr., 2011). Em momento anterior, já me dediquei a detalhar os avanços conceituais e metodológicos que tanto o manuscrito quanto o livro nos legaram, especialmente, para as Geografias Feministas. Sendo assim, o que vale registrar aqui é que, a atenção geográfica para com as masculinidades acumula mais de uma década de pensamento e reflexão teórico-empírica. Enfim, a partir de 2010, o pensamento geográfico a respeito das masculinidades negras tornou-se aliado de uma crítica fundamentada em perspectivas descoloniais e/ou autobiográficas (Ratts, 2020; Guimarães, 2020).

Para além da pesquisa do professor Alecsandro Ratts, encontrei o artigo *“De deslugarizada à endiabrada: discursos pessoais, políticos e poéticos acerca da preta-bixisse”* escrito por André Tavares e Anita Oliveira (2022). A criatividade de ambas mentes e escritas mobilizou a teoria de Milton Santos e de Frantz Fanon, a poética lírica da travesti-artista Linn da Quebrada e os Feminismos Negros para engendrar uma Geografia corporificada.

O argumento inicial defendido por Tavares e Oliveira (2022) é o de que, antes da nossa biologia corporal que atestam que somos humanos, somos antes percebidos(as), interpretados(as) e significados(as) pela nossa cor, e é por causa da cor que muitos(as) não são considerados humanos(as). Ocupam, pois, a zona da precariedade da vida (Butler, 2006), nesta qual, nós, Bixas-Pretas, temos um assento à nossa espera.

A humanidade está para a branquitude, assim como a exotividade selvagem está para a negritude. E caso esse ser exótico-selvagem revele-se enquanto dissidente sexual, receberá ainda a alcunha de doente, pervertido(a), pecador(a) etc. É como nós, Bixas-Pretas, muitas vezes somos diagnosticados. O dispositivo racial (Carneiro, 2005) e da sexualidade (Foucault, 1988) nos nega espaços, territórios, ou melhor, nos condena a um não-lugar. Tornamo-nos então, Bixas-Pretas deslugarizadas:

[...] por não estarmos inseridas no padrão da cisheteronormatividade negra e não carregar o peso que é exigido desta corporeidade pela lógica racista da sociedade - que desumaniza homens negros e exige uma performance violenta, bruta, viril, insensível; e não estarmos no padrão da homossexualidade a partir da branquitude, contidas, reservadas, com aqué e pacatas, é que estamos mergulhadas nas profundezas da deslugarização [...] (Tavares; Oliveira, 2022, p. 190).

Outrossim, de acordo com o regime estético manipulado e imposto pela branquitude, nós, Bixas-Pretas, somos vistos e designados como o diabo em forma de gente. Se tudo o que é interpelado como errado, anormal é associado ao profano, a nossa corporeidade desviante torna-se igualmente profana.

[...] olhares, falas, desenhos, imagens. Gritos e sons, que se configuram na nossa cabeça quase que de forma onomatopaica provocam a sensação de não termos lugar até mesmo no próprio corpo, de que este corpo, para o outro que nos reconhece, não é nem corpo, nem somente cor, mas um alvo, que a alva derme insiste em demonizar (Tavares; Oliveira, 2022, p. 191).

Uma vez que termos como bixa, viado, sapatão foram (e são constantemente) ressignificados para compor as políticas de identidade e de autorrepresentação, André Tavares e Anitta Oliveira (2022) sugerem que façamos o mesmo com a ideia/imagem de inferno que nos é imposta como destino/fardo pela mentalidade religiosa homofóbica e misógina. Se o inferno está para nós, assim como está a nossa raça e sexualidade, gozemos, pois, da nossa existência infernal.

Juntamente com o texto de André Tavares e Anita Oliveira (2022), celebro aqui o artigo “Práticas investigativas na ciência geográfica: contribuições para o estudo das

masculinidades e práticas espaciais de homens gays pretos” escrito por Gustavo Silva (2020), um geógrafo que se declara no seu manuscrito como negro e gay. No artigo em questão, de início, o autor nos conta que a vontade para desenvolver o respectivo texto surgiu a partir de experiências numa disciplina cursada sobre metodologias de pesquisas em Geografia e que lhe afetaram subjetivamente/intimamente.

[...] destaco que o interesse pelo tema proposto se deu com as impressões e inquietações que tive, enquanto homem gay preto, nas diferentes cidades de porte médio e pequenas do interior do estado de São Paulo que visitei e a falta de espaços de sociabilização, consumo e ofertas de diversão voltados para homens gays pretos. Parecia-me que tais sujeitos não usufruíram da cidade e não manifestavam suas identidades, não via nesses espaços práticas de lazer, consumo por parte desses homens [...] (Silva, 2020, p. 112).

De fato, poucos são os espaços de sociabilidades dispostos/oferecidos aos homens gays (e demais identidades dissidentes) em cidades médias e/ou pequenas, bem como a circulação e o consumo nestas por parte de nós, gays e bixas, é significativamente restrito. Adicionalmente, eu diria que independente de ser uma cidade pequena, média ou grande, os espaços de sociabilidade para gays e bixas são ofertados/frequentados, em sua maioria, por gays e bixas classe média/alta, isto porque, a imagem do que seria uma “Cultura gay”, historicamente, foi associada com o alto poder de consumo pelo público LGBTI+ (com foco em homens gays brancos do norte global) em festas, boates, com roupas, acessórios, estética corporal e afins (Costa, 2007). Isso revela (também) que os espaços de sociabilidade LGBTI+ são (também) racializados. Bixas pretas, lésbicas pretas, travestis pretas, bissexuais pretos(as) e outras identidades racializadas estão mais propensos(as) a não frequentarem espaços de “sociabilidade” LGBTI+ onde a média financeira ultrapassa e muito a renda de um salário-mínimo e onde a maioria do público frequentador/consumidor é branco.

No que tange as masculinidades de homens negros gays, o objetivo delimitado por Gustavo Silva (2020) foi identificar e reafirmar as possibilidades e alternativas metodológicas e teórico-conceituais que nos auxiliam na reflexão e na análise espaço-

temporal acerca das masculinidades negras. Para tanto, recorreu a autores como Franz Fanon, bell hooks, Grada Kilomba, Djamila Ribeiro e outras(os).

O autor problematizou os regimes de conduta masculina imposta aos homens negros que sobrevaloriza comportamentos, práticas e performances que potencializam e reforçam o mito da masculinidade negra viril e insensível e as implicações desta para com os homens negros gays. Em vista disso, nos adverte sobre não perder de vista que, entre a população masculina homoafetiva, as expectativas em torno performance sexual e de gênero de um homem negro gay são derivadas de tal mito. Expectativas ora enunciadas por um homem branco gay que tende a desejar justamente o afeto e a sexo do homem negro a partir de imaginários racistas e machistas (Ribeiro, 2020), ora incorporadas pelos próprios homens gays pretos.

As três pesquisas referenciadas e iluminadas com as proposições dos Feminismos Negros, destacadas na seção anterior, me incitam a fazer duas considerações.

8 Algumas considerações

A primeira consideração expressa um posicionamento ético-político. É tempo de reafirmar a nossa experiência diaspórica enquanto Bixas-Pretas, e torná-la uma tática descolonial-feminista para pensar geograficamente as masculinidades negras dissidentes. Para tanto, há que considerar as circunstâncias de nosso tempo vigente que demanda de nós, geógrafos e geógrafas, exercícios outros de reflexão e escrita. Tempo no qual, percebo que, os Feminismos Latino-americanos e Caribenhos, Feminismos Comunitários e Indígenas, são urgentes e pertinentes com seus gestos, atos e articulações em torno do princípio de que todo conflito cultural e político-econômico é em si corpo-territorial (Hernández; Jiménez, 2023).

Tempo esse que escancara para a Geografia brasileira que, os efeitos do pacto da branquitude^{vi} (Bento, 2022) seguem sendo perpetuados de modo que a ferida colonial fundada na dicotomia Eu versus Outro, do qual deriva o complexo de outridade (Carneiro, 2023), têm sido inflamada por processos como: o encarceramento e a violência policial estatizada que opera com vigor o genocídio da população negra brasileira, sobretudo, garotos e homens negros; a contenção e a violação de corpos racializados imigrantes que

coloca em evidência a balança político-econômica que define o peso da vida que importa e da vida que é desimportante, vida esta que ameaça o funcionamento e o conforto da supremacia racial higienista; a precarização do trabalho e a destituição de direitos trabalhistas que afetam, sobretudo, corpos racializados vítimas da uberização do trabalho (Fernandes, 2021), corpos que são tratados como máquinas para fazer a roda do capital girar (o branco cada vez mais rico e o preto cada vez mais pobre). De igual modo, o racismo em sua expressão ambiental que, induzido por crimes financiados pela elite nacional, acelera e intensifica fenômenos climáticos que provocam acidentes, desabrigam e, em casos extremos, matam milhares de pretos(as) pobres e periféricos(as).

A homofobia, o racismo e o elitismo que, dependentes entre si, torna a Bixa-Preta periférica(o) e empobrecida(o), o corpo-alvo de todo arsenal necrobiopolítico (Bento, 2018) que dispara via Estado, via política, via economia, via religião e indústria cultural, o tiro que não só mata, mas apaga da nossa memória coletiva a única verdade conhecida: nosso país vive às custas do suor e sangue de milhões de negros e negras. Essas são as preocupações que, a meu ver, devem nos inquietar dia a dia. Daí virão, sem dúvidas, novos aprendizados geográficos.

A segunda e última consideração assume um caráter existencial. O que escrever para Bixas-Pretas quando muitos de nós, Bixas-Pretas, nem sequer temos o direito de ler e escrever? Como falar com as Bixas-Pretas quando muitos de nós, Bixas-Pretas, somos diariamente silenciados fisicamente e simbolicamente? O que propor para Bixas-Pretas quando muitos de nós, Bixas-Pretas, não estamos autorizados a enunciar nossas vontades e necessidades? Como reconhecer e humanizar os afetos Bixas-Pretas quando muitos de nós, Bixas-Pretas, fomos convencidos de que a autodepreciação e o ódio a si mesmo são os únicos afetos possíveis? De que modo se apresentar como Bixa-Preta quando muitos de nós, Bixas-Pretas, fomos compelidos a encenar compulsoriamente as representações criadas por outrem?

Nenhuma dessas questões foram suficientemente respondidas aqui neste artigo. Mas, ainda assim, eu escrevi. Registrei geograficamente a minha condição de Bixa-Preta, assim como registrei demais geografias criadas por corpos racializados e dissidentes que, ou se autodeclaram Bixas-Pretas, ou estão em travessia para tornarem-se.

Do nosso tempo que nos convoca a escrever a nossa história. Desde si. Desde dentro. Da história escrita e vivida, logo, escrevível, que nos encoraja a abrir caminhos para a nossa autodefinição: Bixas-Pretas.

Agradecimentos

Agradeço à Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa a qual se encontra vinculado este manuscrito.

Referências

ABRAHÃO, M. H. M. B. Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 79-95, 2003.

ANZALDÚA, G. Falando em línguas: uma carta para mulheres escritoras do terceiro mundo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 8, n. 1, p. 229-236, 2000.

ARCOS, F. R. Cuestionamientos a la Geografía a partir del cruising entre hombres en Bogotá. **Revista Latino-americana de Geografía e Gênero**, Ponta Grossa, v. 4, n. 2, p. 134-147, 2013.

BELL, D.; VALENTINE, G. **Mapping desire: geographies of sexualities**. London and New York : Routledge, 1995.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 548-559, 2011.

BENTO, B. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação? **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 53, p. 1-16, 2018.

BENTO, C. **O pacto da branquitude**. 3 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BIBIANO, M. Masculinidades negras em disputa: Autenticidade racial e política de respeitabilidade na representação da homossexualidade negra masculina. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 13, p. 98-114, 2021.

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

BUTLER, J. **Vida precária: el poder del duelo y la violencia**. Buenos Aires: Paidós, 2006.

CAMPOS, M. P. de; SILVA, J. M. 'Teu corpo é o espaço mais teu possível': construindo a análise do corpo como espaço geográfico. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 16, n. 31, p. 101-114, 2020.

CAMPOS, M. P. de; SILVA, J. M.; SILVA, E. A. Emoção corporificada e potência para constituição de espaços de luta para superar a violência sexual sofrida por mulheres. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, v. 3, n. 41, p. 37-50, 2019.

CARNEIRO, R. T. **Eles não moram, se escondem, não dormem, viram a noite**: vivências espaciais de homens que transformam a rua em casa na cidade de Ponta Grossa, Paraná. 152f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Setor de Ciências Exatas e Naturais, Ponta Grossa, 2018.

CARNEIRO, S. **Dispositivo de racialidade**: a construção do outro como não ser como fundamento do ser. Rio de Janeiro: Zahar, 2023.

CHAVES, K. A. Corpo-território, reprodução social e cosmopolítica: reflexões a partir das lutas das mulheres indígenas no Brasil. **Scripta Nova: Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, Barcelona, v. 25, p. 51-71, 2021.

COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. São Paulo: Boitempo, 2019.

CORDEIRO, F. de C.; SIERRA, J. C.; DIAS, L. R. Preterimento do afeto, da amizade e do desejo entre bixas-pretas em espaços de socialização virtuais: identidades de Raça e Sexualidade em intersecção. **Caderno de Gênero e Tecnologia**, Curitiba, v. 14, n. 43, p. 119-137, 2021.

COSTA, B. P. **Por uma geografia do cotidiano**: território, cultura e homoerotismo na cidade. 362 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Geociências, Porto Alegre, 2007.

COSTA, B. P. Espaço social, cultura e território: o processo de microterritorialização homoerótica. **Espaço e Cultura**, Rio de Janeiro, n. 27, p. 25-37, 2010.

COSTA, B. P. Microterritorializações e microterritorialidades urbanas. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 11, n. 1, p. 20-30, 2017.

COSTA, B. P. As geografias das constituições dos devires-expressivos das pessoas como diferenças: perspectivas da análise nas pesquisas em microterritorialidades. **Caderno Prudentino de Geografia**, Presidente Prudente, n. 42, v. 2, p. 90-114, 2020.

COSTA, B. P. Relações entre corpos e microterritorialidades: para além das restrições da identidade e da cultura e a defesa das múltiplas singularidades. **Geograficidade**, Niterói, v.13, n. 1, p. 1-17, 2023.

COSTA, G. Bixa preta: considerações sobre negritude e homossexualidade. In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 9., ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL, 16., Vitória, 2023. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2023. p. 1-12.

COSTA, T. R. da; CAMARGO, H. L. S. Sankofa: automeação e autodefinição no processo de reontologização de corpos africanos homens que se relacionam afetivo/sexualmente entre si. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 13, n. 16, p. 245-258, 2021.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 10, n. 1, p. 171-188, 2002.

CRISPÍN, Á. S.; LÓPEZ, Á. L. Visión geográfica de los lugares gay de la ciudad de México. **Cuicuilco**, Distrito Federal do México, v. 7, n. 8, p. 1-16, 2000.

DUQUE, T. “A gente sempre tem coragem”: identificação, reconhecimento e as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 51, p. 1-22, 2017.

EVARISTO, C. A escrivência e seus subtextos. In: DUARTE, C. L.; NUNES, I. R. **Escrivência: a escrita de nós - reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020. p. 27-45.

FERNANDES, R. Reflexo das desigualdades raciais: a escravidão enquanto instituição e a precarização do trabalho contemporâneo. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 13, n. 35, p. 292-330, 2021.

FERREIRA, A. de J. Formação de professores de língua inglesa e o preparo para o exercício do letramento crítico em sala de aula em prol de práticas sociais: um olhar acerca de raça/etnia. **Línguas & Letras**, Cascavel, v. 7, n. 12, p. p. 171-187, 2006.

FERREIRA, A. de J. Teoria racial crítica e letramento racial crítico: narrativas e contranarrativas de identidade racial de professores de línguas. **Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)**, Curitiba, v. 6, n. 14, p. 236-263, 2014.

FILGUEIRA, A. L. de S. Corpo-navalha militante: em torno do preto-gay Jorge Lafond. **Revista Nós: Cultura, Estética e Linguagens**, Anápolis, v. 6, n. 2, p. 56-76, 2021.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

GOMES, F. B.; SILVA, J. M. Necropolíticas espaciais e juventude masculina: a relação entre a violência homicida e a vitimização de jovens negros pobres do sexo masculino. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, São Paulo, v. 21, n. 3, p. 703-717, 2017. Disponível em: <https://revistas.usp.br/geosp/article/view/127748/138751>. Acesso em: 10 maio 2025.

GONZALEZ, L. **Por um feminismo afro-latino-americano**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, G. F. Geo-grafias negras & geografias negras. **Revista da Revista Da Associação Brasileira De Pesquisadores/as Negros/As (ABPN)**, Curitiba, v. 12, p. 292-311, 2020. Edição Especial: “Geografias Negras”.

HARAWAY, D. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 5, p. 7-41, 1995.

HAESBAERT, R. Do corpo-território ao território-corpo (da terra): contribuições decoloniais. **GEOgraphia**, Niterói, v. 22, n. 48, p. 75-90, 2020.

HERNÁNDEZ, D. T. C.; JIMÉNEZ, M. B. (orgs). **Corpos, territórios e feminismos**: compilação latino-americana de teorias, metodologias e práticas políticas. São Paulo: Elefante, 2023.

hooks, b. **A gente é da hora**: homens negros e masculinidade. São Paulo: Elefante, 2022.

LARRECHE, J. I. Nomenclaturas de lo urbano en las escalas geo-simbólicas LGBT. **Imagonautas**, Puebla, v. 11, n. 16, p. 8-22, 2022.

LARRECHE, J. I.; ERCOLANI, P. Un paréntesis en geografía: cartografías de la noche LGBT en Bahía Blanca (Argentina). **Investigaciones Geográficas**, Alicante, n. 72, 151-166, 2019.

LENZI, M. H.; SILVA, J. M. ‘Faço de conta que eu não existo e você faz de conta que não me vê’: geografias lésbicas na ditadura militar em Florianópolis – SC, Brasil. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 114-152, 2018.

LONGHURST, R. **Bodies**: exploring fluid boundaries. London: Routledge, 2001.

LÓPEZ, L. Á.; JIMÉNEZ, O. G.; VENEGAS, G. J. Q. Cuerpos de hombres en venta en ámbitos turísticos de la ciudad de México: una perspectiva espacial. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, Buenos Aires, v. 24, p. 809-824, 2015.

LÓPEZ, L. Á.; MARES, R. C. Turismo sexual masculino-masculino em la Ciudad de México. **Teoría y Praxis**, Cozumel, n. 5, p. 99-112, 2008.

LOURO, G. L. Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas. **Pro-Posições**, Campinas, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.

MARQUES JÚNIOR, K. N. **Masculinidades bicha**: trajetórias escolares das bichas no ensino médio. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa, 2022.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

MORAIS, A. **Do veneno à instiga, da dependência à recuperação:** a espacialidade de tratamento de dependência química e a elaboração de identidades dos meninos em tratamento na comunidade terapêutica Marcos Fernandes Pinheiro, Ponta Grossa - PR. 131f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Setor de Ciências Exatas e Naturais, Ponta Grossa, 2017.

NASCIMENTO, L. C. P. Eu não vou morrer: autocuidado e resistência de uma travesti negra e gorda para além da pandemia. **INTER-LEGERE**, Natal, v. 3, n. 28, p. 1-22, 2020.

OKIN, S. M. Gênero, o público e o privado. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 16, n. 2, p. 305-332, 2008

OLIVEIRA, A. L. de. Corpo, espacialidade e maternidade: trilhas para uma Geografia corporificada. **Revista da ANPEGE**, Dourados, v. 17, n. 32, p. 217-243, 2021.

OLIVEIRA, M. R. G. de. **O diabo em forma de gente:** (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. 190 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2017.

OLIVEIRA NETO, I. S. de. **Vivências docentes de professores gays e lésbicas no ensino de geografia em escolas de educação básica.** 214 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Exatas e da Natureza, João Pessoa, 2019.

ORLANDI, E. P. **Análise de discurso.** Campinas: Editora Pontes, 2005.

ORNAT, Marcio Jose. Sobre espaço e gênero, sexualidade e geografia feminista. **Terr@Plural**, Ponta Grossa, v. 2, n. 2, p. 309-322, 2008.

PAGNAN, R. Espaço, gênero e identidade: a onipresença da masculinidade e a revolução das bixas transviadas. **Revista Periódicus**, Salvador, v. 1, n. 13, p. 156-174, 2020.

PARKER, R. **Abaixo do Equador:** Culturas do desejo, homossexualidade masculina e comunidade gay no Brasil. Rio de Janeiro: Record, 2002.

PAULA, L. A. C. de; MARES, R. M. Marcadores de gênero e raça na vida de mulheres negras do espaço urbano: do limitante direito à cidade às estratégias de resistência. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 59, p. 38-73, 2022.

PAULO, R. R. V. de; JACOB, E. M. A bixa-preta no funk do Rio de Janeiro: relatos etnográficos das interseções da pessoa negra e LGBTQIA+. **Policromias – Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 213-254, 2021.

PEQUENO, V. D. S. “Adoro um Pau Preto”, assim ele disse: quando um elogio reacende a ferida colonial e outras geografias homoeróticas. **Revista Latino Americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 15, n. 1, p. 194-222, 2024.

PEQUENO, V. D. S. Pegações e fugas de um geógrafo em diáspora. **GeoAmazônia**, Belém, v. 12, n. 23, p. 125-148, 2024.

PEQUENO, V. D. S. **Rasuras de uma bixa-preta e o elo entre as geografias feministas e geografias negras: corpo-território**. 261 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Ciências Naturais e Exatas, Santa Maria, 2025.

PETRONILIO, P. “Se liga macho”: a encruzilhada po(ética) de uma Bixa Preta. **Ephemera Journal**, Ouro Preto, v. 3, n. 6, p. 94-114, 2020.

PETRONILIO, P. Sou preto, sou gay, sou pretoguês: a escrita de si como performance. **Ephemera Journal**, Ouro Preto, v. 5, n. 10, p. 97-119, 2022.

PIMENTEL, I. I.; SILVA, J. S.; FERNANDES, U. da S. As heranças da modernidade e a hiperssexualização do homem negro: o esvaziamento de si e o corpo como um espaço. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 16, n. 1, p. 172-196, 2025.

RAMOS, E. C. M.; MILANI, P. H. O corpo fora de lugar: de uma Geografia dos indivíduos para uma Geografia dos sujeitos. **GEOgraphia**, Niteroi, v. 24, n. 52, p. 1-18, 2022.

RATTS, A. J. P. Negritude, masculinidade, homoerotismo e espacialidade em James Baldwin: uma leitura brasileira. In: SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (orgs.). **Espaço, Gênero & Masculinidades Plurais**. Ponta Grossa: Todapalavra, 2011, p. 261-290.

RATTS, A. J. P. A questão étnica e/ou racial no espaço: a diferença no território e na Geografia. **Boletim Paulista de Geografia**, São Paulo, n. 104, p. 1-22, 2020.

RIBEIRO, M. A. Prostituição de rua e turismo: a busca do prazer na cidade do Rio de Janeiro. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, n. 3, p. 53-65, 1998.

RIBEIRO, M. A. Dinâmica, espacialidade e relações homoeróticas: o exemplo da sauna de boys na urbe carioca. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 213-234, 2015.

RIBEIRO, M. “Eu decido se ‘cês vão lidar com King ou se vão lidar com Kong’: homens pretos, masculinidades negras e imagens de controle na sociedade brasileira. **Humanidades & Inovação**, Palmas, v. 7, n. 25, 118-134, 2020.

ROCHA, A. A. Corpo-território como argumento curricular de resistência. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 59, p. 56-71, 2019.

ROCHAZ, H. L. ‘Não dá nada, se der, dá pouco’: o ‘espaço espiado’ dos adolescentes do sexo masculino usuários de crack em Ponta Grossa, Paraná. **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**, Ponta Grossa, v. 5, n. 1, p. 25-46, 2014.

ROSSI, R. **Espacialidade carcerária e a instituição de masculinidades entre homens jovens egressos em Ponta Grossa, Paraná.** 381f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Setor de Ciências Exatas e Naturais, Ponta Grossa, 2017.

SANTOS, A. E. C. dos. **Vivências transmasculinas em espaços educacionais de nível superior do Sul do Brasil e a multiplicidade espacial.** 283 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual de Ponta Grossa, Setor de Ciências Exatas e Naturais, 2020.

SANTOS, M. O retorno do território. **OSAL: Observatorio Social de América Latina**, Buenos Aires, ano 6, n. 16, p. 251-261, 2005.

SILVA, G. H. P. Práticas investigativas na ciência geográfica: contribuições para o estudo das masculinidades e práticas espaciais de homens gays pretos. **Geografia em Atos (Online)**, Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p. 109-120, 2020. Disponível em: <https://revista.fct.unesp.br/index.php/geografiaematos/article/view/7284/>. Acesso em: 10 maio 2025.

SILVA, J. M. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p. 31-45, 2003.

SILVA, J. M. A cidade dos corpos transgressores da heteronormatividade. **GeoUERJ**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 18, p. 1-17, 2008.

SILVA, J. M.; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. (orgs.). **Espaço, gênero & masculinidades plurais.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2011.

SILVA, P. I. **Afrobixas:** narrativas de negros homossexuais sobre seu lugar na sociedade. 150 f. Dissertação (Mestrado em Educação, Linguagem e Tecnologias) – Universidade Estadual de Goiás, Câmpus Anápolis de Ciências Socioeconômicas e Humanas, Anápolis, 2017.

SILVA, S. M. V. Geografia e gênero/Geografia feminista - O que é isto? **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v. 23, n. 1, p. 104-110, 1998.

SOUZA, L. F. de; RATTS, A. J. P. Raça e gênero sob uma perspectiva geográfica: espaço e representação. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia, v. 28, n. 1, p. 143-156, 2008.

SOUZA, L. F. de; RATTS, A. J. P. Espaço, cultura e poder: gênero e raça em análise na Geografia. **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 3, n. 1, p. 97-110, 2009.

TAVARES, A. L. B.; OLIVEIRA, A. L. de. De deslugarizada à endiabrada: discursos pessoais, políticos e poéticos acerca da preta-bixisse. **Revista Continentes**, Seropédica, vol. 11, n. 21, p. 182-200, 2022.

TORRES, M. I. Masculinidades y Geografía: experiencias de hombres trans en el espacio hegemónico de Santiago de Chile. **Revista Geografia em Atos**, Presidente Prudente, v. 1, n. 16, p. 76-94, 2020.

ULLOA, A. Feminismos territoriales en América Latina: defensas de la vida frente a los extractivismos. **NÓMADAS**, Bogotá, n. 45, p. 123-139, 2016.

VEIGA, L. As diásporas da bixa preta: sobre ser negro e gay no Brasil. **Tabuleiro de Letras**, Salvador, v. 12, n. 1, p. 77-88, 2018.

VILLAGRÁN, P. S.; GARCÍA, V. I. El cuerpo, la casa y las redes. Experiencias de confinamiento de mujeres en México. In: SILVA, Joseli Maria; ORNAT, M. J.; CHIMIN JUNIOR, A. B. **Corpos e geografia**: expressões de espaços encarnados. Ponta Grossa: Todapalavra, 2023. p. 306-326.

ZAMBONI, J. **Educação bicha**: uma a(na[l])rqueologia da diversidade sexual. 115 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Educação, Vitória, 2016.

ZARAGOCIN, S. Espacios acuáticos desde una descolonialidad hemisférica feminista. **Mulier Sapiens: Discurso, Poder y Género**, ano V, n. 10, p. 6-19, 2018.

ⁱ Artigo recebido em 01/06/2025

Artigo aprovado em 01/12/2025

Fontes de Fomento: Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

ⁱⁱ No presente artigo entendo as masculinidades dissidentes como práticas, expressões e identidades de gênero e sexuais que diferem e contestam a norma vigente (Heterossexual e Cisgênero). Assim são exemplos de masculinidades dissidentes: homens gays, homens bichas/bixas, homens transgêneros, homens bissexuais e homens intersexo.

ⁱⁱⁱ A socióloga brasileira Berenice Bento (2011) entende como ‘Heteroterrorismo’ um conjunto/arranjo de discursos e reiteraões feitas por fiscais (familiares, professores(as), religiosos, conhecidos(as) etc.) de gênero e da sexualidade que atuam em várias instituições (casa, escola, igreja, política etc.) e que são direcionadas a corpos específicos, corpos que não correspondem a norma cis heterossexual e que, portanto, devem ser vigiados, disciplinados, e se não forem corrigidos(as), devem, pois, ser eliminados(as). O ‘terrorismo’ como sufixo é justamente para evidenciar os traumas derivados da infância, adolescência e que se perpetuam na vida adulta de cada corpo-vida dissidente. Traumas com efeitos similares ou piores que traumas de guerra.

^{iv} HIV é a sigla para vírus da imunodeficiência humana, e AIDS é a sigla para síndrome da imunodeficiência adquirida. O HIV é a causa da AIDS, que é o estágio mais avançado da infecção pelo HIV.

^v Sigla referente às identidades sexuais e de gênero dissidentes, a saber, lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros, e pessoas intersexos. Houve e há variações (GLS, LGBT, LGBTIA+, LGBTQIA +, LGBTQIAPN+) na escrita da sigla por se tratar de um projeto/programa organizado por coletivos e entidades políticas que com suas pautas e demandas propõem redefinições. Utilizo LGBTI+ em razão do meu posicionamento pessoal político-ativista.

^{vi} Uma das interpretações sobre o conceito de branquitude foi elaborada pela psicóloga negra-brasileira Cida Bento (2022) que o compreende como um regime ético, político e identitário que incide sobre a sociedade na forma de um ‘pacto’ que articula discursos, representações e políticas a partir da diferença racial e que objetiva (auto)preservar os privilégios e direitos dos corpos brancos.